Configurações, vol. 12, 2013, pp. 219-222

Bruno Martins. *Sentido Sul. A Cegueira no Espírito do Lugar*. Coimbra: Almedina/CES, 2013

Fernando Florêncio*

Esta obra de Bruno Sena Martins sumaria a sua tese de doutoramento, *Lugares da Cegueira: Portugal e Moçambique no Trânsito de Sentido*, de 2011, assim como a sua participação no projeto de investigação do Centro de Estudos Sociais "Vidas marcadas pela História: A Guerra Colonial portuguesa e os Deficientes das Forças Armadas". Por outro lado, e como o próprio autor assume, a obra e o próprio doutoramento resultam de um interesse sobre a cegueira, que se manifestava já desde a sua tese de mestrado, publicada em livro, *E se Eu Fosse Cego?: Narrativas silenciadas da deficiência*, de 2006.

Se, na mencionada tese de mestrado o autor nos conduzia pelos trajetos da cegueira em Portugal, na presente obra, o autor inicia um trajeto para o Sul, num duplo sentido: etnográfico, porque o seu novo terreno se situa em Moçambique; e epistemológico, porque procura nesta obra introduzir-nos numa perspetiva epistemológica não ocidental sobre a deficiência, e a cegueira em particular. Contudo, e como se atesta no final da obra, esse trajeto não se finaliza nesse Sul, como o título pode sugerir; ao invés completa-se através dum recurso comparativo com o caso português. Desse modo, pode dizer-se que a obra completa um ciclo de trânsitos etnográficos e epistemológicos, iniciado na tese de mestrado e aqui concluído.

Assente numa escrita profundamente elegante, ora envolvente nos capítulos mais etnográficos, ora objetivista nos capítulos mais teóricos, esta obra centra-se na questão da exclusão social, a partir da categoria da deficiência visual, e de como no contexto moçambicano essa deficiência também é produtora de uma identidade social específica. Como sublinha o autor, "tratava-se de sublinhar um diferente quadro epistémico, por assim dizer, 'contra o texto' hegemónico que naturalizou a cegueira como tragédia e como 'deficiência visual' na modernidade

* Universidade de Coimbra (fjpf@ci.uc.pt).

ocidental" (p. 17). Nesse sentido, o autor assumidamente adota uma perspetiva relativista, no sentido em que "a apreensão social das pessoas cegas depende sempre dos postulados que em determinado contexto definem o que é ser pessoa, que tipos de identidades e valores aí se estabelecem [...]" (p. 20).

O autor inicia o trajeto analítico desta obra, no primeiro capítulo, denominado "Aprender com o Sul", com o estabelecimento do quadro de referência a partir do qual assenta a sua perspetiva analítica, e até mesmo política, que define como sendo uma "crítica pós-colonial da modernidade" (p. 23). Viajando por uma pluralidade de autores bem conhecidos na antropologia, é sobretudo em Boaventura de Sousa Santos que mais se inspira para encontrar a descentralização epistemológica que fundamenta a sua perspetiva: "aprender com o sul" (p. 27). O Sul é aqui representado pelo caso de Moçambique, ancorado numa 'genealogia colonial' e numa relação de continuidades e descontinuidades com o seu passado colonial. Moçambique mantém com Portugal, nas palavras do autor, um "denso vínculo" (p. 30).

Depois de estabelecer este enquadramento, a obra desenha um conjunto de capítulos nos quais a etnografia se vai entretecendo com a análise teórica. Assim, no segundo capítulo, "Os tempos da Ponta Gêa", o autor introduz o leitor no contexto institucional no qual desenvolveu o seu trabalho, o Instituto de Deficientes Visuais e a ACAMO (Associação de Cegos e Amblíopes de Moçambique), ambos na cidade da Beira. Por aqui apreendemos a história destas duas instituições, traçada na confluência entre dinâmicas sociais institucionais e sinergias e histórias de vida privadas, como a de Assis Milton, fundador do instituto com o seu nome, em 1976 nacionalizado e rebatizado de Instituto de Deficientes Visuais. Aliás, a história de vida de Assis Milton constitui neste capítulo o principal recurso metodológico a partir do qual se vai percebendo como a experiência individual e a institucional estão intimamente imbricadas. O autor leva este processo metodológico mais fundo, ao apresentar outras histórias de vida de outros indivíduos preponderantes nas duas instituições citadas. No final do capítulo, o autor insere estas histórias institucionais na história pós-colonial de Moçambique: do processo de socialização da FRELIMO à guerra 'de destabilização' com a RENAMO, de como estes fatores macro afetaram vidas de atores relevantes da trama desta obra (as pessoas cegas) e de como as infraestruturas da cidade da Beira foram assoladas e destruídas, afetando desse modo diretamente o Instituto. O recurso a pequenos apontamentos de histórias de vida e de pequenos depoimentos, de atores sociais relevantes, constitui nesta obra a principal estratégia metodológica para relacionar os enquadramentos macroinstitucionais com a experiência real do vivido.

Feito este trajeto, os capítulos seguintes vão mergulhando cada vez mais profundamente nessa experiência do viver da cegueira. Em "Das itinerâncias etnográficas", através duma abordagem reflexiva da sua própria experiência de campo, o autor vai relatando desde a escolha do terreno à relação institucional inicial,

passando pela sua "instalação". De seguida vem a sua relação com os informantes, o tal Outro etnográfico, abordando desde as questões iniciais da dupla estranheza, da raça/cor e da língua, passando posteriormente pela interação propriamente dita com os diferentes informantes, nos diferentes contextos etnográficos.

Ora de forma mais 'direta', através do uso de trechos do próprio diário de campo, ora de forma mais mediatizada, a partir de uma escrita mais objetivada e analítica da experiência pessoal, o autor pretende desse modo ilustrar-nos os modos da relação etnográfica, de "aceitação da coevidade" (p. 142), parafraseando Johanes Fabian, ou de como o conhecimento etnográfico se constrói numa relação de mutualidade entre o investigador e os informantes.

O capítulo seguinte, "A Cegueira em Moçambique: experiências e representações", constitui grosso modo o capítulo central desta obra. É aqui que o autor apresenta as explicações locais sobre as causas da cegueira e nos introduz nos universos socioespirituais explicativos dessa deficiência. Faz então entrar em cena a feitiçaria, os espíritos e os curandeiros, categorias profundamente ambíguas que estes termos na verdade não esclarecem e que, pelo contrário, por vezes confundem. Em jeito crítico, teria sido preferível talvez utilizar os termos locais, se bem que a sua posterior tradução implicaria sempre um retorno a essa ambiguidade. A partir das histórias individuais e dos depoimentos diretos dos atores sociais, o autor vai apresentando o quadro epistemológico que enforma e enquadra essas explicações locais, no qual antepassados (espíritos) e vivos interagem mediados pela intervenção de feiticeiros e curandeiros. O capítulo introduz-nos ainda numa outra dimensão epistemológica local central, que se pode designar de pluralismo terapêutico, ou seja a de que os atores sociais cruzam plurais itinerários terapêuticos, da biomedicina às igrejas e aos curandeiros, que, ao invés de serem mutuamente excludentes, "relevam da presteza dos sujeitos e suas famílias em fazer apelo a diferentes paradigmas terapêuticos, sem que vejam nisso contradição ou escolha agonista" (p. 172).

Em certa medida os dois próximos capítulos desta obra – "Habitats da Cegueira" (cap. 5) e "Resistências Situadas: A Cegueira em Contexto" (cap. 6) – regressam a uma análise mais sociológica, no sentido de relacionar essas representações locais com os *modi vivendi* dos atores sociais

No quinto capítulo são discutidos os processos de exclusão social a que muitos dos cegos moçambicanos são votados, refletindo-se por exemplo na mendicidade, ou pelo contrário os processos de inclusão social, e até mesmo mobilidade social, através da escolarização que a passagem pelo Instituto lhes proporcionou. Neste capítulo o autor aborda ainda as dimensões sociais da experiência da cegueira nos contextos mais rurais, "os distritos", procurando desfazer um conjunto de estigmas "urbanos/modernos" sobre a condição dos cegos, principalmente das crianças, no meio rural.

Já o capítulo sexto procura articular as relações de cooperação que as instituições moçambicanas, como a ACAMO e o IDV, entretecem com congéneres

internacionais, particularmente portuguesas e norueguesas, no estabelecimento de estratégias quer educativas quer sociais. Contudo, o cerne principal do capítulo reside naquilo que o autor designa de "paradigmas da insurgência", ou seja, as narrativas dos atores sociais que remetem para histórias de resistência (p. 223). Nesse sentido identificam-se dois tipos de resistência: a fenomenológica, "acontece contra a alteração ao *modus vivendi* na passagem de uma experiência permeada pela visão para a cegueira [...]" (p. 224); e a sociocultural, que se "prende com a ideia de que a experiência das pessoas cegas [...] têm algo de contranarrativa [...]" (*ibid.*). O autor inicia neste ponto um percurso comparativo com o caso português, apondo as experiências vividas nos dois contextos: por um lado, no caso português, uma resistência a um paradigma hegemónico marcado por uma "gramática da tragédia pessoal e, por conseguinte, com os estigmas que conotam a cegueira ora com a incapacidade, ora com a tragédia" (p. 229); por outro, uma resistência a um paradigma hegemónico que "entende a cegueira como produto de dinâmicas sócio-espirituais" (*Ibid.*).

Em conclusão, o projeto da obra pode ser resumido nas palavras do próprio autor, quando este afirma que "O resgate das narrativas das pessoas cegas foi, portanto, largamente mobilizado para *pôr a cegueira em contexto* [...]" (p. 252), no sentido do contexto das relações sociais em que o significado da cegueira é definido e no sentido das relações sociais "em que as expectativas e possibilidades se coimplicam" (*Ibid.*). Neste caso, compreender o contexto da cegueira em Moçambique implica aceder a um universo epistemológico no qual as experiências de vida ganham significado, ou, terminando com as palavras do autor, implica compreender que as "histórias de cegueira movem-se dentro de esquemas de inteligibilidade [...]" (p. 253).